

Diretrizes de projeto para a acessibilidade em sítios históricos: porque o patrimônio brasileiro é de todos e para todos

Melissa M. Gerente, UFSC
Vera Helena Moro Bins Ely, UFSC

Palavras-Chave: acessibilidade, sítios históricos

Resumo

Neste trabalho pretende-se demonstrar os resultados obtidos em extensa pesquisa realizada sobre as condições de acessibilidade nos sítios históricos brasileiros. A partir de uma ampla investigação bibliográfica, que incluiu a definição de conceitos importantes e a análise de dispositivos legais, iniciou-se pesquisa de campo no centro histórico de São Francisco do Sul, a partir do Método do Passeio Acompanhado, para verificar as condições de acessibilidade do patrimônio brasileiro. A pesquisa bibliográfica aliada às informações obtidas em campo permitiram a criação de diretrizes de projeto para a promoção de acessibilidade nos sítios históricos do país.

Abstract

This work aims to demonstrate the results gotten from extensive research of the accessibility conditions in the brazilian historical sites. From a great bibliographical review, which included the definition of important concepts and legal devices analysis, a field research at San Francisco do Sul historical center was initiated, using the Accompanied Walk method, to verify the accessibility conditions of the brazilian heritage. The bibliographical research next to the information gotten in the field had allowed the introduction of project guidelines for the promotion of accessibility in the historical sites of the country.

1. INTRODUÇÃO

Embora tenham ocorrido grandes avanços no âmbito da consciência social e no campo das pesquisas médicas, ergonômicas e físico-espaciais, principalmente a partir das últimas décadas do século XX, as pessoas com restrições ainda são discriminadas e excluídas de diversas atividades da vida cotidiana. Apesar de existirem hoje inúmeros dispositivos legais que garantem o direito à cidadania das minorias, entre elas as pessoas com restrições, sabe-se que o seu exercício ainda está longe de ser inteiramente realizado.

Do mesmo modo que o surgimento de associações, centros de ajuda e legislações contribuem a cada dia com a inclusão social, a prática tem se mostrado insuficiente e existem campos relacionados à acessibilidade que nem mesmo haviam sido efetivamente explorados no Brasil. Um destes campos é o da acessibilidade nos sítios históricos.

A dificuldade de se prover acessibilidade nos sítios históricos encontra-se no fato de que estes não foram originalmente projetados para receber as pessoas com restrições. São hoje locais protegidos por leis de preservação, que restringem a modificação de suas características históricas, acarretando na difícil aplicação das normas de acessibilidade existentes.

Embora a nova norma brasileira de acessibilidade, a NBR 9050, de 2004 (ABNT, 2004), contemple alguns itens referentes aos bens tombados, não se propõe ainda a oferecer soluções específicas de projeto que exemplifiquem possíveis adaptações, tornando difícil a sua aplicação no patrimônio histórico.

Em certos países a questão da acessibilidade nos locais históricos já vem sendo discutida há alguns anos, existindo manuais e normas sobre o acesso equitativo ao patrimônio histórico. Embora não ofereçam soluções específicas para as características dos sítios históricos brasileiros, que, por serem de colonização portuguesa, apresentam problemas de acessibilidade peculiares, são exemplos a serem seguidos por sua atitude inclusiva.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem se preocupado nos últimos anos em difundir a questão da acessibilidade nos espaços de preservação. Através da Instrução Normativa nº 1, de 2003 (IPHAN, 2006), oferece algumas diretrizes para a promoção de acessibilidade nos bens culturais imóveis. Entretanto, é ainda superficial e não foi incorporada por todas as Superintendências Regionais, havendo desconhecimento dos profissionais da área frente ao assunto. Apesar disso, pode ser considerado o primeiro passo para a promoção de acessibilidade em nosso patrimônio histórico.

A carência de diretrizes de projeto adequadas para a promoção de acessibilidade nos espaços de preservação brasileiros, aliada à falta de conhecimento do problema, tem obrigado os profissionais a buscarem soluções isoladas em diferentes manuais e na própria NBR 9050, que ainda oferece soluções inaplicáveis ao patrimônio histórico. Isto resulta em ações apenas parciais, algumas pouco efetivas, e diferentes em cada sítio histórico. Apesar da ação

de alguns arquitetos da área do patrimônio dever ser reconhecida, por tentar prover acessibilidade em certos locais tombados, ocasiona, muitas vezes, conseqüências ruins aos usuários, incluindo os visitantes, já que é necessária experiência para compreender e orientar-se em locais com diferentes soluções - quando estas existem -, por exemplo.

Percebendo a necessidade da elaboração de diretrizes de projeto para a promoção de acessibilidade nos sítios históricos brasileiros, permitindo o exercício da cidadania de pessoas com restrições, realizou-se extensa pesquisa sobre o assunto nos âmbitos nacional e internacional. Referida pesquisa abrangeu investigação bibliográfica, incluindo a definição de conceitos importantes e a análise de dispositivos legais, já demonstrada em outros trabalhos dos autores, e trabalho de campo, realizado no centro histórico de São Francisco do Sul.

Assim, almeja-se neste trabalho dar um passo ainda maior na direção da promoção de acessibilidade nos sítios históricos brasileiros, demonstrando os resultados obtidos na pesquisa de campo e na criação de diretrizes de projeto para permitir o acesso das pessoas com restrições à herança patrimonial brasileira.

2. METODOLOGIA DE TRABALHO

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho abrangeu, primeiramente, a revisão bibliográfica dos temas em estudo, desenvolvida através do método da Análise Documental. Para a compreensão do desenrolar dos temas na prática, foram realizadas pesquisas de campo, utilizando os métodos da Observação, da Entrevista e do Passeio Acompanhado. Empregando diferentes métodos, pretendeu-se abraçar todas as questões referentes à acessibilidade nos sítios históricos, complementando-os uns aos outros e sanando suas limitações.

O método da Observação consistiu no registro das cenas mais relevantes através das técnicas de fotografia e anotação, segundo nossa interpretação.

O método da Entrevista foi utilizado durante todo o trabalho para obter maiores informações de pesquisadores especializados nos assuntos em estudo. Foram realizadas entrevistas não-estruturadas com os arquitetos do IPHAN e do Programa Monumenta, de São Francisco do Sul, com responsáveis pelas Superintendências Regionais do IPHAN e pelo ICOMOS, via email. Cabe comentar que o Programa Monumenta vem sendo implantado em 26 cidades históricas brasileiras, através de uma parceria entre o Ministério da Cultura, o IPHAN e a UNESCO, com o objetivo de estabelecer um processo de revitalização sustentável dos sítios urbanos (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006).

O Método do Passeio Acompanhado foi utilizado no estudo do centro histórico de São Francisco do Sul e consistiu em acompanhar, e não conduzir, a performance de usuários pelos espaços que se queria avaliar, observando todas as cenas. Durante o trajeto, que foi previamente definido, foi realizada uma entrevista, solicitando aos usuários que descrevessem como sabiam que estavam em determinado local, como tomaram as decisões sobre mudanças de percurso e que manifestassem sua opinião sobre os problemas enfrentados. Toda a conversa foi gravada e um levantamento fotográfico das situações mais significativas realizado. Posteriormente, as fitas com a seleção dos temas foram transcritas e as fotos organizadas, através de um registro temporal/espacial (BINS ELLY; DISCHINGER, 1999).

O sítio histórico de São Francisco do Sul foi escolhido por diversas razões. No ano de 2004 completou 500 anos que os primeiros europeus chegaram na cidade, apesar do seu efetivo povoamento ter sido iniciado apenas em 1658. Apresenta seu "Centro Histórico e Paisagístico" tombado pelo IPHAN, sendo atualmente revitalizado pelo Programa Monumenta. Apresenta um forte potencial turístico, recebendo milhares de visitantes, principalmente no verão, já que é uma cidade litorânea.

3. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

3.1. Programa Monumenta em São Francisco do Sul

É importante comentar que, apesar do Programa Monumenta não oferecer nenhuma diretriz de projeto para a promoção de acessibilidade nos sítios históricos, a preocupação com o tema é uma constante na Regional do IPHAN de Santa Catarina, segundo o arquiteto coordenador do programa em São Francisco do Sul. Afirma que para incluir as adaptações para acessibilidade no projeto de revitalização da cidade, utilizou alguns manuais já

existentes, a NBR 9050 e o bom senso, devido a carência de diretrizes específicas a serem utilizadas nos sítios históricos. Na falta de formação profissional na área da acessibilidade para pessoas com restrições, os arquitetos e planejadores acabam utilizando soluções inadequadas às características históricas. Falta conhecimento do problema e das reais restrições desta população para propor boas soluções de projeto.

3.2. Caracterização dos usuários

Para que obtivéssemos informações à respeito das condições de acessibilidade no centro histórico de São Francisco do Sul, optou-se por escolher 5 (cinco) usuários para a realização dos Passeios Acompanhados, que apresentassem restrições no deslocamento, orientação e uso. Deslocamento: condições de movimento nos percursos horizontais e verticais e sua continuidade - conceitos de livre percurso e segurança; Orientação: como se sabe onde se está e para onde ir a partir de informações arquitetônicas e suportes informativos (placas, sinais, letreiros etc) - conceito de legibilidade especial; Uso: condições de utilização dos equipamentos e participação das atividades afins.

Os usuários selecionados foram os seguintes: pessoa com restrições físico-motoras, usuário de cadeira de rodas (motorizada); pessoa com restrições múltiplas, representada pela figura de um idoso, que visita São Francisco do Sul pela primeira vez; pessoa com restrições sensoriais visuais, representada por uma pessoa cega, que conhece o local; pessoa com dificuldades de deslocamento, representada por uma avó com carrinho de bebê; pessoa com dificuldades de orientação, representada por um turista.

3.3. O percurso

Para a realização dos Passeios Acompanhados foi definido um percurso único - entre locais revitalizados e não-revitalizados pelo Monumenta - para todos os usuários, apesar de que as distintas restrições apresentadas por cada um deles exigiram diferentes formas de abordagem.

3.4. Resultados da pesquisa prática

A pesquisa prática possibilitou analisarmos duas realidades. A das cidades históricas que ainda apresentam sua configuração original, onde o deslocamento de pessoas com restrições não é seguro, e a das cidades que estão sendo revitalizadas pelo Programa Monumenta, em que a falta de diretrizes adequadas de acessibilidade vêm ocasionando ações isoladas, parciais e pouco eficazes, apesar de reconhecermos uma expressiva melhoria na qualidade dos espaços.

Verificou-se que, dentre os cinco usuários avaliados, o menos prejudicado pela falta de acessibilidade foi o turista, já que a única dificuldade que apresenta é com relação à orientação espacial, muitas vezes sanada pela percepção de grandes referenciais urbanos, como a igreja, a praça, a orla marítima etc. Foi constatado que a performance do cadeirante, da avó com carrinho de bebê e da pessoa idosa na maioria das áreas não revitalizadas tornou-se quase impraticável e perigosa, pela existência de diversos obstáculos, como ladeiras, passeios estreitos, com pavimentação irregular e sem manutenção, falta de rebaixamentos (no caso do cadeirante e da avó com carrinho), entre outros. Já nas áreas revitalizadas seu acesso melhorou, porém, ainda existindo problemas a serem resolvidos, como, por exemplo, o tipo de pavimentação utilizada e a falta de mobiliário urbano, entre eles, bancos para descanso. A avaliação da pessoa com restrição sensorial visual total foi marcada pela necessidade de ajuda constante da sua professora tanto nas áreas revitalizadas quanto não revitalizadas, pela carência de elementos adequados para sua orientação espacial.

A análise do sítio histórico de São Francisco do Sul através do método do Passeio Acompanhado mostrou-nos que felizmente a questão da acessibilidade vem sendo lentamente incorporada na prática ao patrimônio histórico, porém, de maneira não articulada e sem o conhecimento efetivo do problema, o que pode tornar as ações confusas aos usuários (GERENTE, 2005).

4. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DE PROJETO PARA A ACESSIBILIDADE EM SÍTIOS HISTÓRICOS

Ao longo desta pesquisa observou-se a necessidade da elaboração de diretrizes de projeto para a promoção de acessibilidade nos sítios históricos brasileiros. A difícil aplicação da norma vigente nos locais protegidos por leis de preservação, aliada à generalidade da Instrução Normativa nº 1 do IPHAN e à falta de conhecimento do problema

por arquitetos e planejadores, vêm ocasionando ações pouco eficazes, isoladas e que acabam, muitas vezes, prejudicando a performance dos usuários com restrições ao invés de auxiliar.

A realização da revisão bibliográfica dos temas em estudo e a análise das condições de acessibilidade do centro histórico de São Francisco do Sul mostrou-nos que os principais problemas enfrentados pelas pessoas com restrições nos sítios históricos estão relacionados com o deslocamento, a orientação espacial e ao uso dos espaços e dos equipamentos. Quanto ao deslocamento, pode-se afirmar que os principais problemas são referentes aos obstáculos existentes nos passeios e o tipo de pavimentação utilizada. Com relação à orientação espacial, o maior problema enfrentado é a falta de sinalização, principalmente dos tipos tátil e sonora, indicando locais importantes e sinalizando obstáculos. O uso dos espaços e dos equipamentos é dificultado pela carência de mobiliário urbano em locais importantes, implantados em lugares inadequados, ou, quando existem, disponibilizados com desenho e materiais inapropriados.

Com o objetivo de contribuir com a futura elaboração de normas para a promoção de acessibilidade nos sítios históricos brasileiros, foram introduzidos no trabalho de Gerente (2005) alguns princípios e diretrizes de projeto, que acreditamos serem suficientes para começar a guiar os profissionais da área no processo do desenho. Inicialmente, cabe salientar que, mesmo com a introdução de tais diretrizes, o contexto local deve ser observado em sua especificidade, tendo em vista a preservação da integridade do patrimônio histórico. Assim, segundo Gerente (2005), é recomendado, antes de qualquer adaptação para a acessibilidade: (a) identificar os valores patrimoniais, definindo seus elementos importantes (materiais, formas, localização, configuração espacial, usos e significados), de modo que a identidade cultural seja resguardada; (b) definir os elementos a serem mantidos ou conservados; (c) realizar planos de intervenção com adaptações que sejam reversíveis à curto prazo, devido ao surgimento crescente de novas técnicas de restauração e adaptação, principalmente com a descoberta de novos materiais, que venham a contribuir não só com a preservação do patrimônio mas também com a qualidade da performance das pessoas com restrições nestes locais; (d) escolher soluções que promovam o máximo de acessibilidade ao mesmo tempo que ofereçam um impacto mínimo no patrimônio histórico; (e) na escolha de adaptações que poderão danificar ou destruir os valores patrimoniais, estas não deverão ser realizadas, devendo ser resguardada a integridade cultural do bem, porém, sendo oferecidas outras formas de conhecimento e/ou visitação, a serem sugeridas neste trabalho; (f) discutir com as comunidades a importância da realização de ações para a acessibilidade, levando em consideração sua vivência local, seus anseios e suas expectativas; (g) a promoção de acessibilidade nos sítios históricos exigirá um trabalho multidisciplinar, incluindo profissionais do patrimônio histórico, da acessibilidade e os próprios usuários, devido à complexidade dos problemas a serem resolvidos.

4.1. Princípios gerais

Princípios gerais foram criados para estabelecer de que forma a aplicação das diretrizes possibilitará a integração, na maior extensão possível, das pessoas com restrições nos sítios históricos brasileiros. Baseados no livro "Desenho Universal em Escolas. O Caso da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis" (DISCHINGER et al, 2004), são os seguintes:

Princípio A - direito à equidade e participação: sempre que possível, todos os locais dos sítios históricos deverão ser adaptados para a acessibilidade das pessoas com restrições de modo a não segregá-las ou excluí-las, promovendo a socialização e a integração de indivíduos com diferentes condições físicas, mentais e sensoriais. Assim, deve-se possibilitar o percurso e acesso iguais, pelos mesmos locais, para todas as pessoas;

Princípio B - direito à independência: todos os espaços físicos, - pátios, caminhos etc - e seus componentes - bancos, lixeiras etc - devem possibilitar o desempenho de atividades de maneira independente por todos. No caso de pessoas com restrições deve-se prover condições, sempre que possível, para sua independência;

Princípio C - direito ao conforto e segurança: todos os espaços e equipamentos dos sítios históricos deverão, sempre que possível, serem adaptados para possibilitar uma performance confortável e segura, de acordo com as necessidades espaciais de cada usuário. O desenho da adaptação deverá minimizar o cansaço, reduzir o esforço físico, evitar acidentes e riscos à saúde dos indivíduos;

Princípio D - direito à informação espacial: deve ser prevista a possibilidade de acesso à informação espacial, do tipo visual, tátil e sonora, para a compreensão, orientação e uso dos espaços históricos a todos os usuários, independente de suas habilidades.

4.2. Diretrizes de projeto

Tendo em vista o grande número de diretrizes de projetos criadas nesta pesquisa, que podem ser encontradas na íntegra e ilustradas no trabalho de Gerente (2005), apresentaremos aqui apenas alguns exemplos, suficientes para demonstrar o seu resultado. É relevante salientar que os padrões constantes na NBR 9050/2004 devem ser utilizados desde que não interfiram nas propriedades históricas.

A conclusão de que os maiores problemas enfrentados pelas pessoas com restrições nos sítios históricos estão relacionadas com o deslocamento, com a orientação e com o uso dos espaços e dos equipamentos, levou-nos a dividir a apresentação das diretrizes nestes três temas. Assim:

QUANTO AO DESLOCAMENTO:

A princípio, todos os sítios históricos brasileiros devem possibilitar o livre deslocamento de todas as pessoas, incluindo aquelas com restrições. Caso as questões de preservação impeçam que determinados locais sejam acessíveis, deve-se providenciar no mínimo um percurso acessível a partir de um estacionamento, passeio ou rua pública até a entrada dos principais edifícios históricos públicos ou dos serviços oferecidos à população. Sempre que possível, esta deverá ser a mesma rota utilizada pelo público em geral, evitando a segregação.

Como dentro dos percursos acessíveis haverá passeios, locais de travessia de pedestres em vias de tráfego de veículos, locais de encontro ou descanso e acesso às edificações históricas, o item referente ao deslocamento foi subdividido nestes quatro tópicos, que são relativos à locais que devem apresentar características acessíveis específicas, conforme apresentado nos exemplos a seguir.

Passeios: foi sugerido que os passeios dos locais de preservação, que farão parte do percurso acessível, tenham largura livre mínima (sem obstáculos) de 0,90m, com superfície firme, nivelada, estável e anti-derrapante, ou 1,40m, quando se quer permitir o passeio acompanhado. Caso os passeios tenham largura menor do que 0,90m, sugere-se a adoção das seguintes medidas: (a) diminuir a largura da via de tráfego de veículos, para permitir o alargamento dos passeios, utilizando materiais compatíveis com o sítio histórico, porém, diferenciando as ações contemporâneas; (b) restringir a via de tráfego de veículos somente para trânsito local, nivelando a via e os passeios, integrando-as e permitindo uma circulação segura dos pedestres, utilizando materiais conforme já descrito anteriormente; (c) caso não seja possível a realização de nenhuma destas medidas, em razão da necessidade de preservação ou por outro motivo relevante, este trecho não deverá fazer parte do percurso acessível, devendo ser escolhido um outro para tal. No local onde existir uma escada, sugere-se também a instalação de uma rampa, uma do lado da outra, evitando a segregação. Foi recomendada a utilização de materiais que não agridam ou causem danos fisicamente e visualmente à propriedade histórica. As adaptações deverão ser facilmente percebidas e reversíveis, compatíveis em escala, cor e textura, evidenciando, de maneira harmoniosa, que são elementos contemporâneos. Entre outros.

Vias de Tráfego de Veículos: nos locais de travessia de pedestres, principalmente naqueles que fazem parte do percurso acessível, sugeriu-se a adoção de tais medidas: (a) ter superfície firme, nivelada, estável e anti-derrapante, permitindo o deslocamento seguro; (b) em locais de maior movimento, onde for possível, instalar faixas de segurança elevadas, que mantêm o mesmo nível do passeio e funcionam como lombadas para veículos; (c) o tempo do semáforo deverá estar de acordo com a largura da via, privilegiando o deslocamento de pessoas com restrições físico-motoras. Entre outras.

Locais de Encontro ou Descanso: as disposições sugeridas para os Passeios também deverão ser adotadas para os caminhos dos Locais de Encontro ou Descanso. Recomendou-se demarcar bem os caminhos e passeios, utilizando materiais com diferentes cores e texturas, já que os locais de encontro ou descanso (p.ex., as praças) são bastante amplos e podem confundir a percepção. Deve-se realizar podas freqüentes na vegetação. Entre outros.

Acesso às Edificações Históricas: para evitar a segregação e a discriminação, recomendou-se que a entrada principal das edificações históricas seja acessível a todas as pessoas. Para preservar a integridade das características históricas, algumas soluções são bem vindas para promover acessibilidade. As soluções típicas incluem a instalação de rampas - temporárias ou permanentes - e elevadores ou plataformas hidráulicas - utilizados principalmente quando não existe espaço suficiente para a adaptação de rampas. Cada adaptação deverá ser estudada caso a caso, procurando preservar a integridade do bem histórico. Quando não for possível que a entrada principal da edificação

seja uma entrada acessível, em razão das questões de preservação, no caso de edificações que abrigam serviços públicos, recomendou-se adotar as seguintes medidas: (a) transferir as atividades para um edifício no qual a entrada principal seja acessível a todas as pessoas; (b) não sendo possível ou interessante (do ponto de vista econômico ou cultural, por exemplo) a transferência dos serviços ou atividades para uma outra edificação, deve-se providenciar uma entrada secundária acessível, cuidadosamente sinalizada desde a entrada principal. Todo o trajeto desde a entrada principal não acessível até a secundária acessível deve ser, além de acessível, o mais curto possível; a entrada secundária acessível não deve ser a mesma que a entrada de serviço da edificação, evitando discriminação. Entre outros.

QUANTO À ORIENTAÇÃO ESPACIAL:

A definição dos elementos a serem adotados para uma adequada orientação espacial dependerá de uma análise cuidadosa de cada sítio histórico, abrangendo questões relativas ao tipo de traçado urbano existente, presença e localização dos principais referenciais ou quaisquer outros aspectos que interfiram nos quesitos orientação e percepção. Realizada esta avaliação, é recomendada a utilização de um conjunto de elementos para informação e sinalização, que deverão estar articulados de forma a transmitir um sentimento de segurança e independência às pessoas com restrições, possibilitando saber onde estão, para onde querem ir e como poderão chegar. Os elementos são os seguintes:

Informação: sugeriu-se a instalação de quiosques de informação turística em pontos estratégicos dos sítios históricos, principalmente ao longo dos percursos acessíveis, abrangendo locais de passagem e de encontro ou descanso. Os quiosques devem oferecer informação através de diversas formas: atendentes treinados para se comunicar na linguagem dos sinais, terminais computadorizados, folders explicativos, disponibilizados também em Braille, mapas e maquetes táteis. Entre outros.

Sinalização: sugeriu-se a instalação de adesivos táteis para orientação nos passeios e caminhos, incluindo travessias de pedestres e locais de encontro ou descanso, com o intuito de "alertar" a presença de obstáculos e situações de perigo, "sinalizar" locais importantes e "guiar" as pessoas com restrições visuais, sem que os materiais históricos sejam danificados. Entre outros.

QUANTO AO USO:

O uso dos espaços e dos equipamentos só será realizado com êxito caso estes estejam preparados para receber pessoas com diferentes habilidades e restrições dos mais variados tipos. Com relação aos espaços históricos, deve-se ter um cuidado especial com o mobiliário urbano e equipamentos disponibilizados. Dessa forma:

Mobiliário Urbano: recomendou-se a instalação de ilhas de mobiliário urbano para descanso e contemplação, com bancos, lixeiras, bebedouros, e iluminação adequada, localizadas em pontos estratégicos dos sítios históricos. Devem ser providenciados espaços livres ao lado dos bancos, para cadeirantes e mães com carrinhos de bebê se aproximarem. Entre outros.

Equipamentos: recomendou-se que os equipamentos sejam acessíveis também na posição sentada, demandando o mínimo de força (comandos de alavanca são bem vindos), priorizando a sua utilização apenas com uma das mãos ou com o cotovelo. Escadas e rampas deverão ser providas de guarda-corpos e/ou corrimãos, provendo segurança ao usuário. Devem permitir a sua identificação por pessoas com restrições cognitivas ou com baixa visão, com a utilização de cores e texturas contrastantes, facilitando a percepção espacial. Entre outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou que o Brasil apresentava-se carente de diretrizes específicas e adequadas para a promoção de acessibilidade nos sítios históricos brasileiros, apesar da atenção do IPHAN perante o assunto. A carência de diretrizes, aliada à falta de conhecimento do problema, obrigava os profissionais da área a buscarem soluções isoladas em diferentes manuais e na própria NBR 9050, que ainda oferece soluções de difícil aplicação ao

patrimônio histórico. Isto resultava em ações apenas parciais, algumas delas pouco efetivas, e diferentes em cada sítio histórico.

Uma extensa revisão bibliográfica, aliada à investigação das condições de acessibilidade do sítio histórico de São Francisco do Sul, possibilitou a introdução de princípios e diretrizes de projeto para a promoção de acessibilidade nos sítios históricos brasileiros, que acreditamos serem suficientes para começar a guiar os profissionais na reabilitação de nossos sítios. Permitir a todos o acesso à herança patrimonial brasileira é permitir o exercício da cidadania.

6. REFERÊNCIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. 97 p.
- BINS ELY, Vera Helena Moro; DISCHINGER, Marta. A Importância dos Processos Perceptivos na Cognição de Espaços Urbanos para Portadores de Deficiência Visual. In: III SEMINÁRIO DE ERGONOMIA DA BAHIA, 1999, Salvador. Anais do III Seminário de Ergonomia da Bahia, 1999. CD-ROM.
- DISCHINGER, Marta et al. Desenho Universal em Escolas. O Caso da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. UFSC, Secretaria Municipal de Educação, Florianópolis, 2004.
- GERENTE, Melissa M. Introduzindo diretrizes de projeto para a acessibilidade em sítios históricos a partir do estudo de São Francisco do Sul. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação, UFSC, 2005. 165 p.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=355>>. Acesso em: 20 maio 2006.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Monumenta. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/>>. Acesso em: 10 abril 2006.